

## PARECER PRÉVIO

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos da Constituição do Estado e da Lei Complementar nº 63/90;

**CONSIDERANDO** que as Contas de Governo do Município de Cantagalo, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, constituídas dos respectivos Balanços Gerais do Município e das demonstrações de natureza contábil, foram elaboradas com observância das disposições legais pertinentes, exceto pelas Ressalvas apontadas;

**CONSIDERANDO** que a abertura de créditos suplementares ou especiais atendeu à prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes, em observância ao art. 167, inciso V, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que os gastos com pessoal do Executivo alcançaram, no 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2017, os percentuais de 53,34% (cinquenta e três vírgula trinta e quatro por cento), 53,66% (cinquenta e três vírgula sessenta e seis por cento), e 52,50% (cinquenta e dois vírgula cinquenta por cento), respectivamente, da Receita Corrente Líquida, respeitando o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento), estabelecido no art. 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/00;

**CONSIDERANDO** que, conforme metodologia ainda em vigor, o valor aplicado pelo Município na manutenção e desenvolvimento do ensino correspondeu a 29,42% (vinte e nove vírgula quarenta e dois por cento) do total da receita resultante de impostos, próprios e decorrentes de transferências, situando-se, portanto, acima do limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no art. 212 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que, conforme metodologia ainda em vigor, o Município aplicou 92,23% (noventa e dois vírgula vinte e três por cento) na remuneração dos profissionais do magistério do ensino básico em efetivo exercício de suas atividades, sendo obedecido, portanto, o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) de aplicação dos recursos do Fundeb, conforme previsto no art. 22 da Lei nº 11.494/07;



**CONSIDERANDO** que, conforme metodologia ainda em vigor, o valor aplicado pelo Município em ações e serviços públicos de saúde corresponde a 29,48% (vinte e nove vírgula quarenta e oito por cento) do total da receita resultante de impostos (próprios e decorrentes de transferências), situando-se, portanto, acima do limite mínimo de 15% (quinze por cento) estabelecido pela Lei Complementar nº 141/12;

**CONSIDERANDO** que foi constatada a observância do limite da dívida pública do Município aos termos da Resolução nº 40/01 do Senado Federal c/c a Lei Complementar nº 101/00;

**CONSIDERANDO** o repasse integral das contribuições previdenciárias, patronais e retidas dos servidores ao RPPS, nos termos dos arts. 40, 149, § 1º, e 195, incisos I e II, da Carta Magna,

**RESOLVE:**

Emitir **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Governo do Município de Cantagalo, relativas ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, com **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES**.

Plenário, 11 de outubro de 2018.

  
**MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN**  
PRESIDENTE INTERINA

  
**RODRIGO MELO DO NASCIMENTO**  
RELATOR

  
PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL